

ANEXO I-A

	UEM - Universidade Estadual de Maringá Av. Colombo, 5.790 - Câmpus Universitário – CEP: 87020-900 CNPJ/MF: 79.151.312/0001-56 - Inscrição Estadual: Isenta	
---	--	---

TERMO DE REFERÊNCIA

Corresponde aos itens 01 a 14

1. OBJETO

Aquisição de materiais de laboratório para atender a demanda do Departamento de Ciências Básicas da Saúde (DBS) e Laboratório de Toxicologia da UEM (Pedidos de compra 130819 e 131157), conforme especificações da planilha abaixo:

Item	Cód.GMS	Cód. CATMAT Compras Gov	Especificação	Qtde	Unid	VI.Máx Unit (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS)	VI.Máx Total
1	660758708	366457	Ácido perclórico 69-72% PA, FÓRMULA QUÍMICA: HClO_4 , PM: 100,46 g/mol, EMBALAGEM: Frasco com 1000 mL, UNID. DE MEDIDA: Unitário	2	UN	R\$ 894,72	R\$ 1.789,44
2	660750474	432146	Amido Solúvel PA, USO: Ph sol. a 2% 6,0 - 7,5, cinzas de sulfato máx, 0,5% (Para Iodometria), Embalagem: Frasco com 500g, UNID. DE MEDIDA: Unitário	1	UN	R\$ 72,78	R\$ 72,78
3	660775527	348966	Anidrido Acético PA 97% densidade 1,08 Frasco com 1 litro - com prazo de validade de no mínimo 2/3 do prazo de validade total na data do recebimento	1	UN	R\$ 78,59	R\$ 78,59
4	6607100548	352775	Cloreto de mercúrio II PA. ACS FÓRMULA QUÍMICA: HgCl_2 , CAS: 7487-94-7, Embalagem: Frasco com 100g, UNID. DE MEDIDA: Unitário- Observação adicional: Data de validade de no mínimo 2/3 do prazo da validade total na data do recebimento	1	UN	R\$ 1.187,87	R\$ 1.187,87
5	6607 19139	445473	Clorofórmio PA- ACS FÓRMULA QUÍMICA: (CHCl_3) PM 119,38, pureza 99,8% densidade >1,48, Com prazo de validade de no mínimo	20	UN	R\$ 95,17	R\$ 1.903,40

TERMO DE REFERÊNCIA

			2/3 do prazo de validade total, na data do recebimento, Frasco de 1000 ml, UNID. DE MEDIDA: Unitário				
6	660777455	374023	Reagente, TIPO: Iodato de potássio PA , FÓRMULA QUÍMICA: KIO_3 EMBALAGEM: Frasco com 100g, UNID. DE MEDIDA: Unitário	1	UN	R\$ 360,23	R\$ 360,23
7	660259489	417364	Pipetador de Segurança, Com 3 válvulas COR: Verde MATERIAL: PVC, FORMATO: Esfera, UNID. DE MEDIDA: Unitário	31	UN	R\$ 38,38	R\$ 1.189,78
8	660122601	409880	Proveta de vidro Classe A, graduada, com limite de erro de 1% e com base hexagonal em polipropileno VOLUME: 250ml, UNID. DE MEDIDA: Unitá	20	UN	R\$ 50,48	R\$ 1.009,60
9	660281407	410305	Proveta, TIPO: Graduada, VOLUME: 50ml, Corpo em vidro borossilicato e base sextavada de polietileno, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Com bico vertedor e sem rolha, UNID. DE MEDIDA:	20	UN	R\$ 26,56	R\$ 531,20
10	6607102709	412644	Papel indicador de pH, USO: Para soluções aquosas, para análises quantitativas de pH na faixa de 0 a 14 EMBALAGEM: Caixa com 100 tiras, UNID. DE MEDIDA: Unitário	10	UN	R\$ 64,85	R\$ 648,50
11	660782998	432763	Silicagel 60G, Para Cromatografia em Camada Fina (TLC) Com 13% gesso, Frasco com 1 Kg, UNID. DE MEDIDA: Unitário	3	UN	R\$ 1.380,55	4.141,65
12	6601 77309	413647	Placa para cromatografia, em camada delgada TLC, 200mm x 200mm, sílica	2	UN	R\$ 1.700,73	R\$ 3.401,46

TERMO DE REFERÊNCIA

			gel 60 em alumínio sem indicador de fluorescência, 0,20mm de espessura, Caixa com 25 unidades, UNID. DE MEDIDA: Unitário				
13	660751066	352723	Ácido hexacloroplatínico PA, FÓRMULA $H_2PtCl_6 \cdot 6H_2O$, EMBALAGEM: Frasco com 1g, UNID. DE MEDIDA: Unitário	1	UN	R\$ 1.660,34	R\$ 1.660,34
14	6607- 77206	441802	Multidroga 10 - Teste rápido imunocromatográfico para detecção qualitativa, simultânea e diferenciada de drogas de abuso em urina humana. Caixa com 25 testes - INLAB	5	UN	R\$ 979,53	R\$ 4.897,65

1.1. Não será permitida a proposta parcial por item, quando este envolver mais de uma unidade a ser fornecida, pela natureza técnica do produto e levando em consideração que o objeto da contratação não é de grande vulto, visto que o referido procedimento não acarretaria em celeridade, economia e vantagem na contratação.

1.2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1.2.1 - As especificações técnicas para os **Itens de 1-13** são aquelas constantes no item 1.1 e deverão apresentar validade mínima de no mínimo 2/3 do prazo da validade total na data do recebimento do produto

Para o **Item 14** deve ter as seguintes especificações- Kits Multidroga 10 - Teste rápido imunocromatográfico para detecção qualitativa, simultânea e diferenciada de drogas de abuso em urina humana - para detecção de COCAÍNA/ THC / ANFETAMINA / METANFETAMINA/ BENZODIAZEPÍNICOS/ OPIÁCEOS / MDMA/ ANTIDEPRESSIVOS TRICÍCLICOS / BARBITÚRICOS / METADONA

Caixa com 25 testes- INLAB

Cut-off das drogas detectadas: Cocaína (COC) – 300 ng/mL Metanfetamina (MET) – 1000ng/mL Maconha (THC) – 50/ng/mL Anfetamina (AMP) – 1000ng/mL Benzodiazepínicos (BZD) – 300ng/mL Morfina (OPI) – 300ng/mL MDMA(Ecstasy) – 1000ng/mL Antidepressivo Tricíclicos (TCA) – 1000ng/ Barbitúricos (BAR) – 300ng/mL Metadona (MTD) – 300ng/mL

O Laboratório já utilizou várias marcas de kits, porém esses não apresentaram bons resultados nos testes de Proficiência, nos últimos 4 anos passamos a utilizar o Kit Multidroga 10 da Inlab que tem apresentado bom desempenho no Programa de Proficiência para Drogas de Abuso, que é um dos itens exigidos pela Vigilância Sanitária para a realização do exame. Os kits deverão ter validade de no mínimo 1 ano a partir da data de entrega no Laboratório de Toxicologia da UEM.

TERMO DE REFERÊNCIA

1.3 DA PADRONIZAÇÃO

1.3.1 – Não há padronização para a contratação deste objeto.

1.4 DO FORNECIMENTO

1.4.1 – A entrega dos materiais - **Itens 1 a 13** deverá ser realizada em parcela única no prazo máximo de **30 (trinta dias)**, e os prazos deverão ser contados a partir do recebimento da ordem de fornecimento (OF) e/ou nota de empenho (NE) e local da entrega na Divisão de Almoxarifado Central da UEM, Bloco O10, situado na Avenida Colombo, 5790, Zona 7, Maringá – PR.

Item 14 - Kit Multidrogas 10 – Teste Rápido – a entrega deste material deverá ser de forma parcelada conforme cronograma do Anexo I : 2 kits com validade mínima de 1 ano, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a ordem de fornecimento e 3 kits após 6 meses da primeira remessa com validade mínima de 1 ano, no Almoxarifado Central da UEM, Bloco 010, situado na Avenida Colombo, 5790.

Material	M1	M2	M3	M4	M5	M6
Multidrogas 10 - Teste rápido imunocromatográfico para detecção qualitativa, simultânea e diferenciada de drogas de abuso em urina humana. Caixa com 25 testes - INLAB	2 caixas					3 caixas

1.5 AMOSTRAS

1.5.1 – Não há necessidade de apresentação de amostra.

2. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 Os materiais que estão sendo adquiridos serão utilizados para as aulas práticas da disciplina de Toxicologia que é ministrada para os cursos de Farmácia, Biomedicina, Bioquímica e Nutrição, para exames de urgência e emergência de pacientes atendidos pelo Hospital Universitário (HUM) e Centro de Centro de Informação e Assistência Toxicológica - CIATOX e também para realização de atividades de pesquisa envolvendo estudantes de graduação e pós-graduação de diversas áreas da saúde, biológicas, alimentos e tecnológicas.

O Laboratório de Toxicologia da UEM (LATOX-UEM), que pertence ao Departamento de Ciências Básicas da Saúde/CCS, situado no Bloco I90 da Universidade de Estadual de Maringá (UEM), realiza análises toxicológicas - Análises de Drogas de Abuso na urina, para o Hospital Universitário de Maringá, CIATOX – (Centro de Informação e Assistência Toxicológica), Hospital Municipal de Maringá, Centro de Atenção Psicossocial de Maringá (Caps-Ad) e pacientes particulares, atendendo pacientes internados e ambulatoriais que fazem acompanhamento, tratamento de dependência química, pacientes com suspeita de intoxicação por medicamentos ou drogas de abuso e também para diagnóstico diferencial para que se possa realizar um tratamento adequado ao paciente.

Para a realização das aulas práticas, atividades de pesquisa e a realização de exames para se realizar diagnóstico /diagnóstico diferencial de pacientes com suspeita de intoxicação, é imprescindível a compra de reagentes e insumos laboratoriais para garantir o pleno funcionamento do laboratório, assegurando a continuidade dos serviços prestados e das atividades de ensino e pesquisa do LATOX– UEM .

TERMO DE REFERÊNCIA

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

A solução proposta consiste na aquisição de materiais de consumo destinados ao atendimento contínuo das atividades desenvolvidas pelo LATOX - UEM, contemplando insumos essenciais para a execução das análises laboratoriais, aulas práticas da disciplina de Toxicologia que é ministrada para os cursos de Farmácia, Biomedicina e Bioquímica e também para realização de diversas Análises Toxicológicas dos alunos de projetos de pesquisa (PIC, PIBIC, PIBITI) e pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado).

A contratação abrange os seguintes grupos de INSUMOS / MATERIAIS:

a) Reagentes Laboratoriais: Ácido perclórico 69-72% PA, Frasco com 1000 mL, Amido Solúvel PA, Frasco com 500g, Anidrido Acético PA 97% frasco 1000 mL Cloreto de mercúrio II PA. Frasco com 100g; Clorofórmio PA pureza 99,8% Frasco de 1000 mL, Iodato de potássio PA Frasco com 100g, Silicagel 60G, Para Cromatografia em Camada Fina (TLC) Com 13% gesso, Frasco com 1 Kg, Ácido hexacloroplatínico PA, Frasco com 1g

b) Vidrarias e outros insumos utilizados para realização de Análises Toxicológicas: Proveta de vidro graduada, Volume: 250ml, Classe A, com Limite de Erro de 1% e com Base Hexagonal em Polipropileno, Proveta de vidro Graduada, VOLUME: 50ml, Corpo em vidro borossilicato e base sextavada de polietileno, Pipetador de Segurança, Com 3 válvulas material: PVC, Formato: esfera, Papel indicador de pH, para soluções aquosas, para análises quantitativas de pH na faixa de 0 a 14, Caixa com 100 tiras, Placa para cromatografia, em camada delgada TLC, 200mm x 200mm, sílica gel 60 em alumínio sem indicador de fluorescência, 0,20mm de espessura, Caixa com 25 unidades

c) Kit Multidrogas 10 - Teste rápido imunocromatográfico para detecção qualitativa, simultânea e diferenciada de drogas de abuso em urina humana. Esse teste detecta as seguintes substâncias COCAÍNA/ THC / ANFETAMINA / METANFETAMINA/ BENZODIAZEPÍNICOS/ OPIÁCEOS / MDMA/ ANTIDEPRESSIVOS TRICLÍCOS / BARBITÚRICOS / METADONA - Caixa com 25 testes – INLAB

Considerando a necessidade da aquisição dos materiais laboratoriais acima especificados que serão utilizados para a manutenção de todas as atividades realizadas pelo Laboratório (realização de exames de pacientes, atividades de ensino, pesquisa, extensão e pós-graduação), a aquisição desses insumos constitui a solução mais adequada para assegurar a continuidade das atividades laboratoriais, garantindo o atendimento das demandas institucionais, a qualidade dos serviços prestados e a segurança dos usuários

4. PESQUISA DE PREÇOS

4.1 Para formação dos preços máximos foi realizada ampla pesquisa de preços, em conformidade com o disposto no artigo 368, do Decreto Estadual n. 10.086/2022 sendo realizadas cotações por meio do sistema de Banco de Preços em atendimento aos incisos I, II, III, IV e V do art 5º, conforme relatório anexo ao processo

4.2 O critério de formação de preços foi da MÉDIA DE PREÇOS dos preços orçados, nos termos do §3º do artigo 368, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, sendo utilizado este critério a fim de assegurar maior competitividade, qualidade e economicidade, minimizando a ocorrência de licitação fracassada ou deserta, sem deixar de buscar o menor custo para administração.

5. PARCELAMENTO DO OBJETO

TERMO DE REFERÊNCIA

5.1 A contratação deverá ser por item, visando propiciar a ampla participação de licitantes.

6. SUSTENTABILIDADE

6.1. Adotar as seguintes práticas de sustentabilidade:

6.1.1 Os bens devem ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas específicas da ABNT;

6.1.2 Os bens deverão ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

7. CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

7.1 A presente contratação será EXCLUSIVA para ME/EPP/MEI, por terem os itens o valor total inferior a R\$.80.000,00 (oitenta mil reais) e levará em conta o critério de menor preço para definição da empresa vencedora após o encerramento da etapa de lances no respectivo procedimento, devendo as empresas participantes atenderem aos dispositivos legais pertinentes.

8. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS COMUNS

8.1 O(s) objeto(s) desta licitação/contratação é(são) classificado(s) como bem(ns) comum(ns), pois possui(em) especificação(ões) usual(is) de mercado e padrão(ões) de qualidade definidas em edital, conforme estabelece o inciso XIII do art. 6º da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

9. DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

9.1. A entrega dos materiais (**Itens 1 a 13**) deverá ser realizada em uma única parcela contados a partir do recebimento da ordem de fornecimento (OF) e/ou nota de empenho (NE) emitida pela Divisão de Compras da UEM, na Divisão de Almoxarifado Central da UEM, e entregue no Bloco 010, situado na Avenida Colombo, 5790, Zona 7, Maringá – PR.

Item 14 - A(s) contratada(s) deverá(ão) entregar o(s) material(s), de forma parcelada : 2 kits com validade mínima de 1 ano, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a ordem de fornecimento e 3 kits após 6 meses da primeira remessa com validade mínima de 1 ano (ANEXO I), na Divisão de Almoxarifado Central da UEM, Bloco 010, situado na Avenida Colombo, 5790, Zona 7, Maringá – PR.

Material	M1	M2	M3	M4	M5	M6
Multidrogas 10 - Teste rápido imunocromatográfico para detecção qualitativa, simultânea e diferenciada de drogas de abuso em urina humana. Caixa com 25 testes - INLAB	2 caixas					3 caixas

9.2 Não há produtos perecíveis no objeto.

9.3 Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta

9.4 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.5 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado. Não será aceito quantidade inferior ao volume solicitado.

TERMO DE REFERÊNCIA

9.5.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

9.6 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

9.7 O Contratado deverá ter disponibilidade e capacidade de entregar o objeto nos endereços relacionados no Anexo VI deste Edital ou no Aviso de Dispensa, conforme as condições e as necessidades do licitante.

9.8 Os critérios para o recebimento estão especificados no item 7 do Anexo VII (minuta do contrato), ou no Anexo a Nota de empenho no caso de não ser obrigatória a formalização de contrato.

10. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE

10.1 São obrigações do Contratado:

10.1.1 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, ou a prestação do serviço, conforme especificações, prazo e local constantes no edital, ou aviso de dispensa e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;

10.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

10.1.3 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.4 Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.5 Indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

10.1.6 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.7 Manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

10.1.8 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.1.9 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

10.1.9.1 Alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

10.1.9.2 Retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

10.1.9.3 Aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

10.1.10 Adotar as seguintes práticas de sustentabilidade:

10.1.10.1 Os bens devem ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas específicas da ABNT;

10.1.10.2 Os bens deverão ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

10.2 São obrigações do Contratante:

10.2.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

TERMO DE REFERÊNCIA

10.2.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2.3 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.2.4 Comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

10.2.5 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

10.2.6 Efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;

10.2.7 Efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;

10.2.8 Emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

10.2.9 Ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

10.2.10 Adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

10.2.11 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

11 FORMA DE PAGAMENTO

11.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

11.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

11.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

11.3 O prazo estabelecido no item 11.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 12.4.1 das Condições Gerais do Pregão, ou do previsto no Aviso de Dispensa.

11.3.1. Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

11.4 As notas fiscais devem ser emitidas em nome da UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ - CNPJ 79.151.312/0001-56 e/ou outra dotação/CNPJ conforme indicação da Nota de Empenho / Ordem de Fornecimento; constando número da licitação/dispensa/inexigibilidade.”

As notas fiscais devem ser emitidas em nome de UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ CNPJ: 79.151.312/0001-56 Endereço: Avenida Colombo, 5790, CEP 87020-900 Maringá – Paraná, constando número da licitação/dispensa/inexigibilidade, lote/item e validade dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque.

11.5 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela

TERMO DE REFERÊNCIA

Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

12. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO

12.1 As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital ou aviso de dispensa.

12.2 Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

12.3 Não há necessidade de habilitação complementar, como qualificação técnica e/ou dispensa de exigência de atestado de capacidade técnica, tendo em vista a natureza do produto a ser adquirido.

12.4 O critério de julgamento da proposta está definido no item 2 das Condições Específicas do Pregão, ou do Aviso de Dispensa.

12.5 As regras de desempate entre propostas são discriminadas no edital, ou no Aviso de Dispensa.

13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1 É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e

c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13.2 A alteração subjetiva a que se refere o item 13.1 deverá ser formalizada por termo aditivo ao contrato.

14. SUBCONTRATAÇÃO

14.1 Será vedada a subcontratação do objeto contratual.

15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

15.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

15.1.1 Em razão da natureza do objeto e por ser uma compra de materiais de consumo comum, conforme os itens descritos nas especificações técnicas e entrega única.

16. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

16.1 Não há exigência de garantia complementar, além da garantia legal.

17. VIGÊNCIA:

17.1 Na presente aquisição/contratação o instrumento de contrato será substituído pela Nota de Empenho e Anexo.

17.2 Não obstante, oportunamente, visando aplicar o princípio da eficiência a Administração poderá reunir a aquisição de objetos semelhantes a este e reanalisar a possibilidade de substituição do instrumento contratual.

TERMO DE REFERÊNCIA

18. DO REAJUSTAMENTO

18.1 Não se aplica reajuste para a presente contratação, visto que no presente caso o instrumento de contrato pode ser substituído por outro instrumento hábil, nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133/2021. Contudo, visando aplicar o princípio da eficiência, a Administração poderá reunir a aquisição de objetos semelhantes a este e reanalisar a possibilidade de substituição do instrumento contratual.

19. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

19.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Pedido 130819

Gestão/Unidade: 56.08.00.0 UEM-PAD-DMP/DBS

Fonte de Recursos: 500 – Descentralização Orçamentária

Dotação: 4532.12.364.34.8122

Ação Programática: 2.56.000.0980

Elemento de Despesa: 33903035 – Material Laboratorial

Pedido 131157

Gestão/Unidade: 56.08.00.0 UEM-PAD-DMP/DBS

Fonte de Recursos: 659 – REALIZAÇÃO DE EXAMES E ANÁLISES TOXICOLÓGICAS

Dotação: 4532.12.364.34.8122

Ação Programática: 2.56.659.0503

Elemento de Despesa: 33903035 – Material Laboratorial

19.2 Atesto o alinhamento da Contratação com o Plano de Contratação anual – PCA 2026 da instituição, com número de ordem, especificado de acordo com o número do item na tabela abaixo:

Informado no Estudo Técnico Preliminar – ETP

ITEM	Contratação com o Plano de Contratação anual
1	92
2	3860
3	5086
4	5094
5	5095

TERMO DE REFERÊNCIA

6	5097
7	3395
8	11941
9	3664
10	3211
11	4986
12	4987
13	12456
14	4985

20. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1 O licitante/fornecedor e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B, do Título XI, do Código Penal.

21. DECRETO ESTADUAL N.º 10.086, de 2022.

21.1 Os servidores que subscrevem este Termo de Referência atestam que observaram integralmente a regulamentação estabelecida pelo Decreto n.º 10.086, de 2022 e as orientações constantes da Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná, tendo o presente sido resultado da compilação dos Termos de Referências elaborados pelos setores demandantes.

22. GERENCIAMENTO DE RISCOS

22.1 O gerenciamento de risco fica dispensado nos termos do que prevê o art. 17B, §§ 2º e 3º, do Decreto nº 10.086/2022, conforme justificativa constante no Estudo Técnico Preliminar.

TERMO DE REFERÊNCIA

Maringá, 14 de Setembro de 2026.



Documento assinado digitalmente
ERIKA BANDO
Data: 15/09/2026 10:21:54-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Érika Bando
Matrícula 00010-9

	Universidade Estadual de Maringá - UEM Av. Colombo, 5.790 - Câmpus Universitário – CEP: 87020-900 CNPJ/MF: 79.151.312/0001-56 Inscrição Estadual: Isenta	
--	---	--

TERMO DE REFERÊNCIA

Corresponde aos itens 15 a 39

1. OBJETO

Aquisição de reagentes químicos para abastecer os laboratórios de graduação do Departamento de Química da UEM (DQI/UEM), conforme especificações da planilha abaixo:

Item	Cód.GMS	Cód. CAT/MAT Compras Gov	Especificação	Qtde	Unid	VI.Máx Unit (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE E DE PREÇOS)	VI.Máx Total
1	660777440	629355	Álcool terc butílico	6	Un	55,67	334,02
2	660711453	410342	Tolueno	2	Un	38,74	77,48
3	660746625	445457	Etanol absoluto	6	Un	61,18	367,08
4	660711446	436095	Diclorometano	1	Un	56,54	56,54
5	66078513	380384	Ácido sulfúrico	1	Un	104,02	104,02
6	66078510	441630	Ácido clorídrico	1	Un	121,81	121,81
7	660725774	382564	Ácido Nítrico	1	Un	127,40	127,40
8	660758703	443051	Ácido benzóico	4	Un	44,57	178,28
9	660766158	395721	Carvão Ativado	4	Un	50,02	200,08
10	660754142	445526	Hidróxido de sódio	1	Un	20,27	20,27
11	660711542	629576	Iodeto de potássio	4	Un	810,40	3241,60
12	66078542	347745	Tiosulfato de sódio	1	Un	30,13	30,13
13	660761177	400835	Persulfato de Potássio	1	Un	51,40	51,40
14	660764356	432146	Amido solúvel	1	Un	48,50	48,50
15	660727522	366472	Cloreto de sódio	1	Un	48,70	48,70
16	660711706	458161	Cloreto de potássio	2	Un	39,44	78,88
17	660754120	433746	Fenol	2	Un	75,16	150,32
18	660754241	345770	Sulfato de cobre	1	Un	100,07	100,07
19	660718361	400859	Sulfato de zinco	4	Un	26,63	106,52
20	660781845	445474	Fosfato de sódio bibásico anidro	1	Un	59,28	59,28
21	660722210	456330	Ácido cítrico	1	Un	37,33	37,33
22	660758785	347684	Zinco em pó PA	1	Un	28,09	28,09
23	6607108042	398904	Fita de magnésio	2	Un	178,98	357,96
24	660726465	445473	Clorofórmio	2	Un	96,36	192,72
25	660733325	444849	Etanol PA	6	Un	7,94	47,64

1.1. Não será permitida a proposta parcial por item, quando este envolver mais de uma unidade a ser fornecida, pela natureza técnica do produto e levando em consideração que o objeto da contratação não é de grande vulto, visto que o referido procedimento não acarretaria em celeridade, economia e vantajosidade na contratação.

1.2 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Item	Descrição do objeto
1	Reagente, TIPO: Álcool butílico terciário PA, CAS: 75-65-0 FÓRMULA QUÍMICA: (CH ₃) ₃ COH, EMBALAGEM: Frasco com 1 litro, UNID. DE MEDIDA: Unitário
2	Reagente químico, TIPO: Tolueno (Líquido), P.A - P.M 92,14 - C ₆ H ₅ CH ₃ , Dosagem mínima 99,5%, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Solúvel em água, Frasco de 1000 ml, UNID. DE MEDIDA: Unitário
3	Etanol Absoluto p.a. reagente ACS, ISO, pureza mín. 99,9%, densidade a 20.°C 0,790-0,793, acidez e alcalinidade livre máx. 0,0002 meq/g, acetona máx. 0,001%, metanol máx. 0,02 %, água máx. 0,1%, aldeído máx. 0,001%, Frasco com 1000ml, UNID. DE MEDIDA: Unitário
4	Reagente químico, TIPO: Diclorometano, P.A - P.M 84,93 - CH ₂ Cl ₂ , Dosagem mínima 99,5%, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Solúvel em água, Frasco de 1000 ml, UNID. DE MEDIDA: Unitário
5	Reagente químico, TIPO: Ácido sulfúrico, P.A., teor mínimo 95 97%, cor Máximo 10, Cr, Ca, Fe, K, Pt Máximo 0,1 ppm, NO ₃ Máximo 0,2 ppm, PO ₄ Máximo 0,5 ppm, Ag, As, Be, Cd, Co, Cu, Li, Mg, Pb, Sr valores Máximo 0,01 ppm, Al, Au, B, Ba, Bi, Ga, In, Mg, Sn, Zn Máximo 0,05 ppm, Cr, Ge, Mo, Ni, Ti, Tl, Zr Máximo 0,02 ppm, Na Máximo 0,3 ppm, amônio Máximo 1 ppm, redutores de KmnO ₄ Máximo 2 ppm, resíduo de calcinação Máximo 3 ppm, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Certificado de análise, Frasco de 1000ml, UNID. DE MEDIDA: Unitário
6	Reagente químico, TIPO: Ácido clorídrico, Teor (HCl) mínimo 35 a 38%, cor (hazen) 10, teores máximo As, Cd, Co, Hg, Li, Mn, Sr Valores máximos 0,000001%, brometo e resíduos (calculado) Máximo 0,0005%, Ba, Be, Cr, Cu, Mo, Ni, Pb Máximo 0,000002%, K, Bi, Mg, Ti, Zr Máximo 0,00001%, Fe Máximo 0,00002%, Zn, Al, Ge, Ti Máximo 0,000005%, Ci (livre) PO ₄ , Ca, Na Máximo 0,00005%, SO ₄ , SO ₃ , amônio Máximo 0,0001%, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Certificado de análise, Frasco de 1000ml, UNID. DE MEDIDA: Unitário
7	Ácido nítrico PA, ACS, CAS 7697-37-2, teor de pureza (CG) mín. 68%, resíduos de no máximo 0,05ppm para metais pesados (Pb), 50ppb para alumínio e 10ppb para cromo. Com certificado de análise para cada lote entregue, EMBALAGEM: Frasco com 1L, UNID. DE MEDIDA: Unitário
8	Ácido benzóico PA, FÓRMULA QUÍMICA: C ₇ H ₆ O ₂ , PM: 122,12 g/mol, EMBALAGEM: Frasco com 500 gramas, UNID. DE MEDIDA: Unitário
9	Carvão Ativado, PUREZA MÍNIMA: 90%, EMBALAGEM: Frasco com 500g, UNID. DE MEDIDA: Unitário
10	Hidróxido de sódio lentilhas, PA, EMBALAGEM: 1000 g, Ensaio acidimétrico Min, 99%, carbonato como Na ₂ CO ₃ Max, 0,1%, cloreto (Cl) max, 0,0005%, Fosfato ,PO ₄ , max, 0,0005%, Silicato ,SiO ₂ , max, 0,001%, Sulfato ,SO ₄) Max, 0,0005%, Nitrogênio total (N) Max, 0,0003%, Metais pesados como Pb Max, 0,0005%, Al ,Alumínio, max, 0,0005%, como ,Arsênio, max, 0,0001%, Ca ,Cálcio, max, 0,0005%, Cu ,Cobre, max, 0,0002%, Fe ,Ferro, max, 0,100 ppm, Sr ,Strontium, max, 0,0005%, K ,Potássio, max, 0,05%, Mg ,Magnésio, max, 0,00005%, Ni ,Níquel, max, 0,0005%, Pb ,Lead, max, 0,0005%, Zn ,Zinco, max, 0,001%, ISO, certificado de análise, UNID. DE MEDIDA: Unitário
11	Reagente químico, TIPO: Iodeto de potássio (Sólido), P.A - P.M 166,00 - KI, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CAS NUMBER 7681-11-0, Frasco de 500g, UNID. DE MEDIDA: Unitário
12	Reagente químico, TIPO: Tiosulfato de sódio , P.A, Frasco com 500g, UNID. DE MEDIDA: Unitário
13	Persulfato de Potássio PA, FÓRMULA QUÍMICA: K ₂ S ₂ O ₈ , EMBALAGEM: Frasco de 500g, UNID. DE MEDIDA: Unitário
14	Amido Solúvel p.a., pH sol. a 2% 6,0 7,5, cinzas de sulfato máx. 0,5% (Para Iodometria), EMBALAGEM: Frasco 500g, UNID. DE MEDIDA: Frasco
15	Cloreto de Sódio P.A., Fórmula química: NaCl, Peso Molecular: 58,44 g/mol, pureza Mínima: 99%, EMBALAGEM: Frasco com 500g, UNID. DE MEDIDA: Unitário
16	Reagente químico, TIPO: Cloreto de Potássio (KCL), Frasco 500g, UNID. DE MEDIDA: Unitário
17	Fenol, PA, EMBALAGEM: 1000g, Teor Máximo, 99,5%, ponto de solidificação max, 40,5°C, Cloretos max, 0,0005%, Ferro max, 0,0001%, O,Cresol, m, Cresol e p,Cresol max, 0,05%, água max, 0,2%, componentes não voláteis max, 0,01%, certificado de análise, UNID. DE MEDIDA: Unitário
18	Sulfato de Cobre Pentahidratado ,CuSO ₄ 5H ₂ O , PA, Ensaio iodométrico 99,0 -,100,5%, material insolúvel <= 0,005%, Cloreto ,Cl, <= 0,0005%, Nitrogênio total ,N, <= 0,001%, Ca ,Cálcio, <= 0,005%, Fe ,Ferro, <= 0,003%, K ,Potássi,, <=0,001%, Na ,Sódio, <= 0,005, Ni ,Níquel, <=0,005%, Pb ,Chumbo) <= 0,005%, Zn ,Zinco,<= 0,03%, certificado de

TERMO DE REFERÊNCIA

	análise, 1000g, UNID. DE MEDIDA: Unitário
19	Reagente químico, TIPO: Sulfato de zinco heptahidratado, P.A 287,56, 99,5% , CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Solúvel em água, (CAS NUMBER 7446-20-0), Frasco de 500g, UNID. DE MEDIDA: Unitário
20	Fosfato de sódio bibásico anidro PA FÓRMULA QUÍMICA: Na ₂ HPO ₄ , EMBALAGEM: Frasco com 500g, UNID. DE MEDIDA: Unitário
21	Reagente químico, TIPO: Ácido Cítrico P.A, Fórmula C ₆ H ₈ O ₇ , EMBALAGEM: Frasco de 1000g, UNID. DE MEDIDA: Unitário
22	Zinco em pó PA, FÓRMULA QUÍMICA: Zn, MA: 65,38 g/mol, EMBALAGEM: Frasco com 250 gramas, UNID. DE MEDIDA: Unitário
23	Reagente, TIPO: Magnésio metálico FÓRMULA: Mg, CAS: 7439-95-4, EMBALAGEM: Rolo de fita de 25g, UNID. DE MEDIDA: Unitário
24	Clorofórmio (CHCl ₃). P.A, reag. ACS. Teor de pureza 99,0 99,4%, resíduo de evaporação max 0.001%, água max 0,01%, ácidos livres max 0,001%, ISO reagente estabilizado com 0.6 1.0% de etanol, EMBALAGEM: Frasco 1L, UNID. DE MEDIDA: Unitário
25	Álcool Etilico 96%, FÓRMULA QUÍMICA: C ₂ H ₆ O, EMBALAGEM: Frasco de 1 litro, UNID. DE MEDIDA: Unitário

1.2.1 Todos os produtos deverão ser acompanhados de Ficha de Informação de Segurança de Produtos Químicos – FISPQ e Certificado de controle de qualidade por lote fornecido pelo fabricante.

1.2.2 As empresas participantes deverão disponibilizar de bulas ou catálogos que contenham a descrição dos produtos e Certificados de Controle de Qualidade de um lote do produto que será entregue.

1.2.3 Os produtos deverão apresentar validade mínima de dois terços da sua data de fabricação a partir da data de entrega na UEM – Campus Sede, tanto para produtos de fabricação nacional como importados, salvo situações excepcionais previamente tratadas com o DQI/UEM.

1.2.4 Para complementação do volume solicitado não serão aceitos materiais quando o lacre estiver violado ou apresentando quantidade diferente da embalagem original, nem quantidade inferior ao volume solicitado.

1.2.5 Adicionalmente, para os **itens controlados pela Polícia Federal**, será obrigatória a informação detalhada de concentração e densidade, que deverão constar na nota fiscal, visando assegurar maior rigor e precisão no controle e fiscalização dos produtos.

1.3 DA PADRONIZAÇÃO

1.3.1 Não há padronização para a contratação deste objeto.

1.4 DO FORNECIMENTO

1.4.1. Os materiais deverão ser entregues em remessa única no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a partir do recebimento da ordem de fornecimento (OF) e/ou nota de empenho (NE) emitida pela Divisão de Compras da UEM. A entrega será no almoxarifado da UEM, Bloco O10, situado na Avenida Colombo, 5790, Zona 7, Maringá – PR.

1.5 AMOSTRAS

1.5.1 Não há necessidade de apresentação de amostra.

2. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 O Departamento de Química da UEM (DQI/UEM) é responsável por ministrar aulas de laboratório tanto para os cursos de Química (Bacharelado e Licenciatura) quanto para todos

os demais cursos do Campus Sede que incluam disciplinas experimentais de Química em seus currículos. Os alunos dessas disciplinas são atendidos diariamente nos laboratórios do Bloco E78, havendo consumo de diversos tipos de reagentes químicos que precisam ser repostos constantemente para que não haja prejuízos às atividades didáticas da UEM na área de Química.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1 A solução viável para abastecer os laboratórios de graduação do bloco E78 é a aquisição dos reagentes necessários a partir de fornecedores regionais ou nacionais. Sem reagentes químicos, qualquer atividade didática experimental na área de química torna-se inviável. Portanto, o bom andamento dos cursos de graduação da UEM que possuem disciplinas experimentais de química em seus currículos depende da aquisição de reagentes de reposição. Por se tratar de bens de consumo, a única alternativa é a aquisição dos produtos de fornecedores.

As especificações dos reagentes a serem fornecidos são conforme os itens 1 e 1.2.

4. PESQUISA DE PREÇOS

4.1 Para formação dos preços máximos foi realizada ampla pesquisa de preços, em conformidade com o disposto no artigo 368, do Decreto Estadual n. 10.086/2022 sendo realizadas cotações por meio do sistema de Banco de Preços em atendimento aos incisos I, II, III, IV e V do art 5º, conforme relatório anexo ao processo.

4.2 O critério de formação de preços foi a MÉDIA DE PREÇOS dos preços orçados, nos termos do § 3.º do artigo 368 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022, sendo utilizado este critério a fim de assegurar maior competitividade, qualidade e economicidade, minimizando a ocorrência de licitação fracassada ou deserta, sem deixar de buscar o menor custo para a administração.

5. PARCELAMENTO DO OBJETO

5.1 A presente contratação será realizada por item, a fim de ampliar a competitividade entre os fornecedores e possibilitar a obtenção de preços mais vantajosos para a Administração.

6. SUSTENTABILIDADE

6.1 adotar as seguintes práticas de sustentabilidade:

6.1.1 Os bens devem ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas específicas da ABNT;

6.1.2 Observar os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

6.1.3 Os bens deverão ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

6.1.4 Os bens não conterão substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

7. CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

7.1 A presente contratação será **EXCLUSIVA para ME/EPP/MEI** – LC 123/2006, alterada pela LC 147/2014, por terem os itens o valor total inferior a R\$.80.000,00 (oitenta mil reais) e

levará em conta o critério de **menor preço** para definição da empresa vencedora após o encerramento da etapa de lances no respectivo procedimento, devendo as empresas participantes atenderem aos dispositivos legais pertinentes.

8. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

8.1 O objeto dessa licitação/contratação é classificado como bem comum, pois possui especificação usual de mercado e padrão de qualidade definidos em edital, conforme estabelece o inciso XIII do art. 6º da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

9. DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

9.1 O prazo de entrega dos bens é de 30 dias, contados do recebimento da ordem de fornecimento (OF) e/ou nota de empenho (NE) emitida pela Divisão de Compras da UEM, em remessa única, na Divisão de Almoxarifado, conforme endereço indicado no Anexo VI deste edital.

9.2 Não há produtos perecíveis no objeto.

9.3 Para este objeto fica dispensado o recebimento provisório nos termos do art. 359 do Decreto n.º 10.086, de 2022, c/c inciso II do art. 75 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

9.4 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

9.6 O Contratado deverá ter disponibilidade e capacidade de entregar o objeto nos endereços relacionados no Anexo VI, conforme as condições e as necessidades do licitante.

9.7 Os critérios para o recebimento estão especificados no item 7 do Anexo VII (minuta do contrato), ou no Anexo à Nota de empenho, no caso de não ser obrigatória a formalização de contrato.

10. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE

10.1 São obrigações do Contratado:

10.1.1 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, ou a prestação do serviço, conforme especificações, prazo e local constantes no edital, ou aviso de dispensa e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;

10.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

10.1.3 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.4 Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.5 Indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

10.1.6 Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.7 Manter atualizados os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

10.1.8 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.1.9 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

10.1.9.1 Alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

10.1.9.2 Retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

10.1.9.3 Aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

10.1.10. Adotar as seguintes práticas de sustentabilidade:

10.1.10.1 Os bens devem ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas específicas da ABNT;

10.1.10.2 Observar os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

10.1.10.3 Os bens deverão ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

10.1.10.4 Os bens não conterão substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

10.2 São obrigações do Contratante:

10.2.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

10.2.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2.3 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.2.4 Comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

10.2.5 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, por meio de comissão ou de servidores especialmente designados;

10.2.6 Efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;

10.2.7 Efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;

10.2.8 Emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

10.2.9 Ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

10.2.10 Adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

10.2.11 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

11. FORMA DE PAGAMENTO

11.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizado em um prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débito, e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

11.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

11.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

11.3 O prazo estabelecido no item 11.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 12.4.1 das Condições Gerais do Pregão, ou do previsto no Aviso de Dispensa.

11.3.1 Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

11.4 As notas fiscais devem ser emitidas em nome da UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ - CNPJ 79.151.312/0001-56 e/ou outra dotação/CNPJ conforme indicação da Nota de Empenho / Ordem de Fornecimento; constando número da licitação/dispensa/inexigibilidade.

11.5 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = (6/100) / 365 \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

12. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO

12.1 As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital ou aviso de dispensa.

12.2 Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

12.3 Não há exigência de habilitação complementar, como qualificação técnica, nem de apresentação de atestado de capacidade técnica, tendo em vista que o objeto consiste no fornecimento de reagentes e produtos químicos de uso laboratorial, cujas especificações são objetivamente definidas.

12.4 O critério de julgamento da proposta está definido no item 2 das Condições Específicas do Pregão, ou do Aviso de Dispensa.

12.5 As regras de desempate entre propostas são discriminadas no edital, ou no Aviso de Dispensa.

13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1 É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

- a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
- b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e
- c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13.2 A alteração subjetiva a que se refere o item 13.1 deverá ser formalizada por termo aditivo ao contrato.

14. SUBCONTRATAÇÃO

14.1 Será vedada a subcontratação do objeto contratual.

15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

15.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

15.1.1 Em razão da natureza do objeto, que consiste no fornecimento de reagentes e produtos químicos, com especificações e quantidades previamente definidas, não se mostra necessária a exigência de garantia contratual de execução.

16. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

16.1 Não há exigência de garantia complementar.

17. VIGÊNCIA

17.1 Na presente aquisição, o instrumento de contrato será substituído pela Nota de Empenho e Anexo.

17.2 Não obstante, oportunamente, visando aplicar o princípio da eficiência, a Administração poderá reunir a aquisição de objetos semelhantes a este e reanalisar a possibilidade de substituição do instrumento contratual.

18. DO REAJUSTAMENTO

18.1 Não se aplica reajuste para a presente contratação, visto que no presente caso o instrumento de contrato pode ser substituído por outro instrumento hábil, nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133/2021 e/ou da Resolução nº 59/2024-PGE. Contudo, visando aplicar o princípio da eficiência, a Administração poderá reunir a aquisição de objetos semelhantes a este e reanalisar a possibilidade de substituição do instrumento contratual.

19. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

19.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade: DQI - 51.04.00.0

Dotação: 4532.12.364.34.8122

Fonte de Recursos: 500

Programa de Trabalho: 2.51.000.0980 ▾

Elemento de Despesa: 33903035

19.2 As Atesto o alinhamento da Contratação com o Plano de Contratações Anual – PCA 2026 da instituição, conforme especificado na tabela a seguir é informado no Estudo Técnico Preliminar – ETP.

Item	No. ordem no PCA	TIPO DE ITEM
1	12361	ÁLCOOL
2	4704	TOLUENO
3	10410	ETANOL
4	4385	SOLVENTE
5	87	ÁCIDO
6	94	ÁCIDO
7	86	ÁCIDO
8	10859	REAGENTE
9	683	CARVÃO
10	1655	HIDRÓXIDO
11	1721	IODETO
12	3960	REAGENTE

TERMO DE REFERÊNCIA

Item	No. ordem no PCA	TIPO DE ITEM
13	5037	PERSULFATO
14	3800	REAGENTE
15	762	CLORETO
16	767	CLORETO
17	1340	FENOL
18	3958	REAGENTE
19	4458	SULFATO
20	1506	FOSFATO
21	104	ÁCIDO
22	12363	ZINCO
23	12364	MAGNÉSIO
24	787	CLOROFÓRMIO
25	5	ÁLCOOL

20. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1 O licitante/fornecedor e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro de 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B, do Título XI, do Código Penal.

21. DECRETO ESTADUAL N.º 10.086, de 2022

21.1 Os servidores que subscrevem este Termo de Referência atestam que observaram integralmente a regulamentação estabelecida pelo Decreto n.º 10.086, de 2022, e as orientações constantes da Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná.

22. GERENCIAMENTO DE RISCO

22.1 O gerenciamento de risco foi dispensado nos termos do que prevê o art. 17B, §§ 2º e 3º, do Decreto n.º 10.086/2022, conforme justificativa constante no Estudo Técnico Preliminar.

Maringá-PR, 2 de set. de 2026

Documento assinado digitalmente
gov.br RODRIGO MENEGHETTI PONTES
Data: 02/09/2026 17:16:57-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Rodrigo Meneghetti Pontes
(Chefe do Departamento de Química)

Documento assinado digitalmente
gov.br VICTOR SILVA COLOMBO
Data: 02/09/2026 16:53:13-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Victor Silva Colombo
(Técnico Administrativo)

Responsável pela elaboração do Termo de Referência

ANEXO I-C

	Universidade Estadual de Maringá - UEM Av. Colombo, 5.790 - Câmpus Universitário – CEP: 87020-900 CNPJ/MF: 79.151.312/0001-56 Inscrição Estadual: Isenta	
---	---	---

TERMO DE REFERÊNCIA Aquisição

Corresponde ao item 40

1. OBJETO

Aquisição de Bicos de Bunsen para os laboratórios de ensino de graduação do Bloco E78 do Departamento de Química da UEM.

Item	Cód.GMS	Código CAT/MAT Compras Gov	Especificação	Qtde	Unid	Vi.Máx Unit (CRITÉRIO DE ACEITABILID ADE DE PREÇOS)	Vi.Máx Total
1	6508 - 21547	408553	Bico de Bunsen, Com Base e Tubo Metálicos de 10 a 15cm, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Com registro de gás e Capacidade de temperatura máxima de 1600°C, UNID. DE MEDIDA: Unitário.	102	UN	R\$ 91.54	R\$ 9.337,08

1.1. Não será permitida a proposta parcial por item, quando este envolver mais de uma unidade a ser fornecida, pela natureza técnica do produto e levando em consideração que o objeto da contratação não é de grande vulto, visto que o referido procedimento não acarretaria em celeridade, economia e vantajosidade na contratação.

1.2 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

TERMO DE REFERÊNCIA

1.2.1 Bico de Bunsen, Com Base e Tubo Metálicos de 10 a 15cm, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Com registro de gás e Capacidade de temperatura máxima de 1600°C, UNID. DE MEDIDA: Unitário.

1.3 DA PADRONIZAÇÃO

1.3.1 Não há padronização para a contratação deste objeto.

1.4 DO FORNECIMENTO

1.4.1 Os materiais deverão ser entregues em remessa única no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a partir do recebimento da ordem de fornecimento (OF) e/ou nota de empenho (NE) emitida pela Divisão de Compras da UEM. A entrega será no almoxarifado da UEM, Bloco O10, situado na Avenida Colombo, 5790, Zona 7, Maringá – PR.

1.5 AMOSTRAS

1.5.1 Não há necessidade de apresentação de amostra.

2. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 O Departamento de Química da UEM (DQI/UEM) é responsável por ministrar aulas de laboratório tanto para os cursos de Química (Bacharelado e Licenciatura) quanto para todos os demais cursos do Campus Sede que incluam disciplinas experimentais de Química em seus currículos. Os alunos dessas disciplinas são atendidos diariamente nos laboratórios do Bloco E78. O DQI enfrenta um problema significativo nos laboratórios de química experimental de graduação devido à necessidade de substituir os bicos de Bunsen antigos. Esses equipamentos são essenciais para a realização de experimentos práticos, e sua condição atual compromete a segurança e a eficácia das atividades acadêmicas. O desgaste natural e a obsolescência dos bicos de Bunsen existentes podem resultar em falhas operacionais, aumentando o risco de acidentes e prejudicando a qualidade do ensino. Os principais envolvidos nessa questão são os estudantes e professores dos cursos de química, que dependem diretamente desses equipamentos para a condução de experimentos práticos. A percepção comum entre esses atores é de que a substituição dos bicos de Bunsen é urgente e necessária para garantir um ambiente de aprendizado seguro e eficiente.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1 A aquisição de bicos de Bunsen tradicionais simples para os laboratórios de química experimental da Universidade Estadual de Maringá é uma solução prática e eficaz para garantir a segurança e a eficiência das atividades práticas. Esses bicos oferecem um desempenho confiável, com uma chama estável e controlada, essencial para a realização de experimentos precisos. Sua compatibilidade com a infraestrutura de gás existente permite uma integração fácil e sem necessidade de grandes modificações nos laboratórios. A implementação é direta, facilitando a substituição dos equipamentos antigos sem interrupções significativas nas atividades acadêmicas. Além disso, a solução é escalável, permitindo futuras expansões sem complicações. Operacionalmente, os bicos de Bunsen tradicionais simples são de fácil manutenção, com suporte técnico amplamente disponível, garantindo a continuidade do funcionamento dos laboratórios. Sua confiabilidade é bem estabelecida, minimizando riscos de falhas e interrupções. A adaptabilidade ao contexto da universidade e da região é garantida, pois esses bicos são projetados para operar eficientemente nas condições locais, atendendo às necessidades específicas dos cursos com disciplinas experimentais de química. Sob o ponto de vista econômico, a escolha por bicos de Bunsen tradicionais simples representa um excelente custo-benefício. Comparados a alternativas mais sofisticadas, esses bicos são mais acessíveis e oferecem um retorno sobre o investimento significativo, melhorando a segurança e a eficiência dos laboratórios e reduzindo custos indiretos associados a acidentes ou falhas nos equipamentos antigos. A eficiência administrativa é aprimorada, pois a padronização dos equipamentos facilita a gestão e a manutenção.

4. PESQUISA DE PREÇOS

4.1 Para formação dos preços máximos foi realizada ampla pesquisa de preços, em conformidade com o disposto no artigo 368, do Decreto Estadual n. 10.086/2022 sendo realizadas cotações por meio do sistema de Banco de Preços em atendimento aos incisos I, II, III, IV e V do art 5º, conforme relatório anexo ao processo.

4.2 O critério de formação de preços foi da MÉDIA DE PREÇOS dos preços orçados, nos termos do §3º do artigo 368, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, sendo utilizado este critério a fim de assegurar maior competitividade, qualidade e economicidade, minimizando a ocorrência de licitação fracassada ou deserta, sem deixar de buscar o menor custo para administração.

Item	Qtde.	Unid.	Descrição	Valor. Máx. Unitário	Valor Máx. Total
1	1	UN	Bico de Bunsen	R\$ 91,54	R\$ 9.337,08

TERMO DE REFERÊNCIA

			Relatório do Banco de Preços	R\$ 91,54	
--	--	--	------------------------------	-----------	--

5. PARCELAMENTO DO OBJETO

5.1 A contratação deverá ser por item visando propiciar a ampla participação de licitantes.

6. SUSTENTABILIDADE

6.1 Adotar as seguintes práticas de sustentabilidade:

6.1.1 Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

6.1.2 Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

7. CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

7.1 A presente contratação será EXCLUSIVA para ME/EPP/MEI – LC 123/2006, alterada pela LC 147/2014, por terem os itens o valor total inferior a R\$.80.000,00 (oitenta mil reais) e levará em conta o critério de menor preço para definição da empresa vencedora após o encerramento da etapa de lances no respectivo procedimento, devendo as empresas participantes atenderem aos dispositivos legais pertinentes.

8. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

8.1 O objeto dessa licitação/contratação é classificado como bem comum, pois possui especificação usual de mercado e padrão de qualidade definidas em edital, conforme estabelece o inciso XIII do art. 6º da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

9. DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

9.1 O prazo de entrega dos bens é de 30 dias, contados do recebimento da ordem de fornecimento (OF) e/ou nota de empenho (NE) emitida pela Divisão de Compras

TERMO DE REFERÊNCIA

da UEM, em remessa única, na Divisão de Almoxarifado Central da UEM, conforme endereço indicado no Anexo VI deste edital.

9.2 Não há produtos perecíveis no objeto.

9.3 Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

9.4 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.5 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

9.5.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

9.6 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

9.7 O Contratado deverá ter disponibilidade e capacidade de entregar o objeto nos endereços relacionados no Anexo VI deste Edital ou no Aviso de Dispensa, conforme as condições e as necessidades do licitante.

9.8 Os critérios para o recebimento estão especificados no item 7 do Anexo VII (minuta do contrato), ou no Anexo a Nota de empenho no caso de não ser obrigatória a formalização de contrato.

10. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE

10.1 São obrigações do Contratado:

10.1.1 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, ou a prestação do serviço, conforme especificações, prazo e local constantes no edital, ou aviso de dispensa e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;

10.1.2 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

TERMO DE REFERÊNCIA

10.1.3 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.4 comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.5 indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

10.1.6 manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.7 manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

10.1.8 guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.1.9 arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

10.1.9.1 alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

10.1.9.2 retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

10.1.9.3 aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

10.1.10. Adotar as seguintes práticas de sustentabilidade:

10.1.10.1 Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

10.1.10.2 Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

10.2 São obrigações do Contratante:

TERMO DE REFERÊNCIA

10.2.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

10.2.2 exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2.3 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.2.4 comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

10.2.5 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

10.2.6 efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;

10.2.7 efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;

10.2.8 emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

10.2.9 ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

10.2.10 adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

10.2.11 prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

11. FORMA DE PAGAMENTO

11.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual

TERMO DE REFERÊNCIA

(inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

11.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

11.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira Contratado pelo Estado, conforme o disposto no Decreto n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

11.3 O prazo estabelecido no item 11.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 12.4.1 das Condições Gerais do Pregão, ou do previsto no Aviso de Dispensa.

11.3.1 Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

11.4 As notas fiscais devem ser emitidas em nome da UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ - CNPJ 79.151.312/0001-56 e/ou outra dotação/CNPJ conforme indicação da Nota de Empenho / Ordem de Fornecimento; constando número da licitação/dispensa/inexigibilidade .

11.5 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$

$I = (6/100) / 365$

$I = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

12. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO

12.1 As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital ou aviso de dispensa.

12.2 Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

12.3 Não há exigência de habilitação complementares, como qualificação técnica e/ou a dispensa de exigência de atestado de capacidade técnica, tendo em vista tratar-se do fornecimento de equipamento relativamente simples e bens comuns.

12.4 O critério de julgamento da proposta está definido no item 2 das Condições Específicas do Pregão, ou do Aviso de Dispensa.

12.5 As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital, ou no Aviso de Dispensa.

13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1 É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

- a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
- b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e
- c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13.2 A alteração subjetiva a que se refere o item 13.1 deverá ser formalizada por termo aditivo ao contrato.

14. SUBCONTRATAÇÃO

14.1 Será vedada a subcontratação do objeto contratual.

15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

TERMO DE REFERÊNCIA

15.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

15.1.1 Em razão da natureza do objeto e dos valores dos itens envolvidos.

16. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

16.1 Não há exigência de garantia complementar.

17. VIGÊNCIA

17.1 Na presente aquisição o instrumento de contrato será substituído pela Nota de Empenho e Anexo.

17.2 Não obstante, oportunamente, visando aplicar o princípio da eficiência a Administração poderá reunir a aquisição de objetos semelhantes a este e reanalisar a possibilidade de substituição do instrumento contratual.

18. DO REAJUSTAMENTO

18.1 Não se aplica reajuste para a presente contratação, visto que no presente caso o instrumento de contrato pode ser substituído por outro instrumento hábil, nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133/2021. Contudo, visando aplicar o princípio da eficiência, a Administração poderá reunir a aquisição de objetos semelhantes a este e reanalisar a possibilidade de substituição do instrumento contratual.

19. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

19.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade: CCE/DQI (51.04.00.0)

Dotação: 4532.12.364.34.8122

Fonte de Recursos: 500

Programa de Trabalho: 2.51.000.0980

Elemento de Despesa: 33903010

TERMO DE REFERÊNCIA

19.2 Atesto o alinhamento da Contratação com o Plano de Contratações Anual – PCA 2026 da instituição, com número de ordem 12015, informado no Estudo Técnico Preliminar – ETP.

20. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1 O licitante/fornecedor e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B, do Título XI, do Código Penal.

21. DECRETO ESTADUAL N.º 10.086, de 2022

21.1 Os servidores que subscrevem este Termo de Referência atestam que observaram integralmente a regulamentação estabelecida pelo Decreto n.º 10.086, de 2022 e as orientações constantes da Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná.

22. GERENCIAMENTO DE RISCO

22.1 O gerenciamento de risco foi dispensado nos termos do que prevê o art. 17B, §§ 2º e 3º, do Decreto nº 10.086/2022, conforme justificativa constante no Estudo Técnico Preliminar.

Maringá, 01 de setembro de 2026.

 Documento assinado digitalmente
RODRIGO MENEGHETTI PONTES
Data: 01/09/2026 14:38:44-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Rodrigo Meneghetti Pontes

(Chefe do DQI)

Responsável pela elaboração do Termo de Referência

ANEXO I-D



Universidade Estadual de Maringá



TERMO DE REFERÊNCIA

Corresponde ao item 41

1. OBJETO

1.1 Aquisição de equipamentos para atender à demanda dos Laboratórios de Mecânica dos Solos e Pavimentação, do Departamento de Engenharia Civil/UEM, conforme especificações:

Item	Cod. GMS	Cód. CAT/MAT Compras Gov	Especificação	Qtde	Unid	VL. Máx Unit (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS)	VL. Máx Total
1	6603 - 68216	622129	Filtro Deionizador 4 Estágios 30L/h: Itens de série (presentes no equipamento montado): 1und x Manômetro com glicerina 0-100psi ou 0-7kgf/cm ² , resolução 2psi ou 0,1kgf/cm ² (entrada); 1und x Condutivímetro 0-2000µS/cm, resolução 0,01µS/cm (saída); 4und x Carcaças e cabeçotes de polipropileno 10''X1/4'' NPT; 1und x Elemento filtrante polipropileno 5µm; 1und x Elemento filtrante carbon block 5µm; 2und x Cartucho recarregável 10'' com resina mista MB400; Acessórios adicionais: 4und x Elemento filtrante 10'' polipropileno 5µm (reposição); 4und x Elemento filtrante 10'' carbon block 5µm (reposição); 4und x Pacote 500g resina mista MB400 (reposição); 3und x kit de conexões T, joelho e válvula engate rápido 1/4''; 25m x Mangueira atóxica branca 1/4''.	01	UN	R\$ 1.583,68	R\$ 1.583,68

1.1.1 Não será permitida a proposta parcial por item, quando este envolver mais de uma unidade a ser fornecida, pela natureza técnica do produto e levando em consideração que o objeto da contratação não é de grande vulto, visto que o referido procedimento não acarretaria em celeridade, economia e vantajosidade na contratação.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1.2.1 FILTRO DEIONIZADOR 4 ESTÁGIOS VAZÃO DE 30L/H

Filtro Deionizador 4 Estágios com vazão mínima de 30L/h, com manômetro e condutivímetro, montado em suporte metálico para fixação em parede, dimensões aproximadas (AxLxP) 60x40x10cm, 5kg: manômetro com glicerina escala de 0-100psi e/ou 0-7kgf/cm², resolução 2psi e/ou 0,1kgf/cm² (na entrada); condutivímetro escala 0-2000µS/cm, resolução 0,01µS/cm (na saída); carcaças com cabeçotes de polipropileno atóxico 10''X1/4'' NPT vedação em duplo o-ring; elemento filtrante 10'' polipropileno 5µm; elemento filtrante 10'' carbon block 5µm; cartuchos recarregáveis 10'' com resina mista MB400; chave plástica para abertura das carcaças; mangueiras, conexões, válvulas e acessórios.

1.2.2 ELEMENTO FILTRANTE 10'' POLIPROPILENO 5µm

Altura: 10" (254 mm);
Diâmetro externo: 2 ½" (63,5 mm);
Diâmetro interno: 28 mm;
Peso: 110 g.

1.2.3 ELEMENTO FILTRANTE 10'' CARBON BLOCK 5µm

Altura: 10" (254 mm);
Diâmetro externo: 2 ½" (63,5 mm);
Diâmetro interno: 28 mm;
Peso: 375 g.

1.2.4 RESINA MISTA MB400 (EMBALAGEM 500g)

Tipo: Resina mista em esferas;
Composição: Polímero de poliestireno reticulado com divinilbenzeno;
Proporção cátion/ânion: Cerca de 40% catiônica e 60% aniônica;
Cores fornecidas: Azul e verde claro;
Densidade aparente: 700 a 770 g/L;

1.2.5 UNIÃO EM T, JOELHO E VÁLVULA DE ENGATE RÁPIDO 1/4''

Material: Polipropileno de alta densidade;
Cor: Branco;
Conexão: 1/4";
Temperatura máxima de trabalho: 40 °C;
Pressão máxima suportada: 7 Kgf/cm²;
Compatível com: mangueiras de 1/4";
Função: Easy Fit (engate rápido).

1.2.6 MANGUEIRA ATÓXICA BRANCA 1/4''

Material: Polipropileno de alta densidade;
Cor: Branco;
Diâmetro externo: 1/4";
Temperatura máxima de trabalho: 40 °C;
Pressão máxima suportada: 7 Kgf/cm².

1.3 DA PADRONIZAÇÃO

1.3.1 Não há padronização para a contratação deste objeto.

1.4 DO FORNECIMENTO

1.4.1 O prazo de entrega dos bens é de no máximo 30 (trinta) dias, contados do recebimento da ordem de fornecimento (OF) e/ou nota de empenho (NE) emitida pela Divisão de Compras da UEM, em remessa (única), no endereço: Setor de Patrimônio da UEM, localizado no Bloco O10, na Avenida Colombo, 5790, Zona 7, Maringá – PR.

1.5 AMOSTRAS

1.5.1 Não há necessidade de apresentação de amostra.

2. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 O equipamento denominado “Filtro Deionizador 4 Estágios 30L/h” será utilizado para purificação de água para uso nos Laboratórios de Mecânica dos Solos e de Pavimentação do Departamento de Engenharia Civil, instalados no bloco P02, no Campus sede da UEM. A água pura produzida pelo filtro deionizador é fundamental para preservação e manutenção de equipamentos existentes de alto valor como sistemas triaxiais, prensas de cisalhamento direto, prensas de adensamento, vidrarias de precisão, permeâmetros e na preparação de amostras para ensaios em solos saturados e não saturados. Esses equipamentos são fundamentais nas atividades que envolvem, em especial, as aulas práticas das disciplinas de Laboratório de Mecânica dos Solos (2570), Mecânica dos Solos (2573) e Laboratório de Pavimentação (2596) do curso de graduação em Engenharia Civil, e demais disciplinas dos cursos de pós-graduação do Departamento de Engenharia Civil, além de auxiliar nas pesquisas de iniciação científica, trabalhos de conclusão de cursos (TCCs), pesquisas de mestrado e doutorado dos Programas de Pós Graduação em Engenharia Civil e Engenharia Urbana do Departamento de Engenharia Civil. Particularmente, os sistemas triaxiais são dotados de: transdutores de pressão, que medem a pressão na água dentro dos poros do solo, e para isso sua membrana sensível fica em contato direto com a água; células de carga submersas em água para medir a força axial aplicada e os transdutores de deformação (LVDTs) que ficam imersos em água da câmara de confinamento para monitorar pequenas deformações diretamente no corpo de prova de solo. Para tal, o uso de água deionizada é imprescindível para evitar a corrosão e o acúmulo de sais nos componentes internos delicados dos transdutores e células de carga e a preservação do solo, impedindo alterações físico-químicas e reações indesejadas como expansão ou dispersão. Destaca-se que o Laboratório não possui qualquer dispositivo para purificar a água e evitar sérios danos aos equipamentos, sendo que a aquisição de um deionizador representará um valor insignificante diante dos custos dos equipamentos existentes de alto valor agregado. Os demais componentes descritos nos Itens de 1.2.2 a 1.2.6 compreendem peças de reposição que serão utilizadas para manutenção do filtro deionizador, uma vez que são acessórios específicos, compatíveis com o equipamento a ser adquirido.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1 A solução consiste na aquisição de 01 (um) Filtro Deionizador de Água com 4 estágios de filtragem e capacidade mínima de 30 L/h, destinado ao Laboratório de Mecânica dos Solos do Departamento de Engenharia Civil da Universidade Estadual de Maringá – UEM, visando à produção de água deionizada para utilização em atividades de ensino, pesquisa e extensão.

3.2 O equipamento deverá ser capaz de fornecer água com elevada pureza, apresentando condutividade compatível com aplicações laboratoriais, por meio de sistema de filtração em múltiplos estágios, contemplando, no mínimo, a retenção de partículas, redução de compostos químicos e desmineralização da água por resina de troca iônica.

3.3 O filtro deverá ser fornecido completo, acompanhado de todos os componentes necessários à sua instalação e operação, incluindo suporte para fixação, conexões, mangueiras, elementos filtrantes, cartucho de resina, instrumentos de monitoramento da pressão e da condutividade da água, bem como os acessórios indispensáveis ao funcionamento adequado do equipamento.

3.4 A solução deverá possuir materiais resistentes à corrosão e apropriados para uso contínuo em ambiente laboratorial, permitindo manutenção simplificada, substituição dos elementos filtrantes e reposição da resina de troca iônica quando necessário, garantindo a continuidade das atividades desenvolvidas no laboratório.

3.5 As especificações técnicas detalhadas do equipamento, bem como os requisitos mínimos de desempenho, serão estabelecidos no Termo de Referência, de forma a assegurar a aquisição de equipamento compatível com as necessidades do Laboratório de Mecânica dos Solos, observando os princípios da economicidade, eficiência, durabilidade e atendimento ao interesse público.

4. PESQUISA DE PREÇO

4.1 Para formação dos preços máximos foi realizada ampla pesquisa de preços, em conformidade com o disposto no artigo 368, do Decreto Estadual n. 10.086/2022 sendo realizadas cotações por meio do sistema de Banco de Preços em atendimento aos incisos I, II, III, IV e V do art 5º, conforme relatório anexo ao processo.”

4.2 O critério de formação de preços foi da MÉDIA DE PREÇOS dos preços orçados, nos termos do §3º do artigo 368, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, sendo utilizado este critério a fim de assegurar maior competitividade, qualidade e economicidade, minimizando a ocorrência de licitação fracassada ou deserta, sem deixar de buscar o menor custo para administração.

5. PARCELAMENTO DO OBJETO

5.1 A presente contratação será por item, afim de ampliar a competitividade entre fornecedores e possibilitar a obtenção de preços mais vantajosos para a administração.

6. SUSTENTABILIDADE

6.1 A aquisição de 01 (um) Filtro Deionizador 4 Estágios, com capacidade de produção de 30 L/h, destinado ao Laboratório de Mecânica dos Solos do Departamento de Engenharia Civil da Universidade Estadual de Maringá (DEC/UEM), poderá gerar impactos ambientais relacionados, principalmente, ao descarte dos elementos filtrantes, das resinas de troca iônica e das embalagens utilizadas no fornecimento do equipamento, ao término de sua vida útil ou durante as manutenções periódicas.

6.2 Como medidas mitigadoras, deverão ser observadas as seguintes práticas de sustentabilidade:

6.2.1 Adotar as seguintes práticas de sustentabilidade:

6.2.1.1 Os bens devem ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas específicas da ABNT;

6.2.1.2 Observar os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

6.2.1.3 Os bens deverão ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

6.2.1.4 Os bens não conterão substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

6.2.1.5. adotar práticas de logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao Poder Público, assumindo a responsabilidade pela destinação final ambientalmente adequada.

6.2.1.6 apresentar declaração de atendimento e responsabilização com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao Poder Público, assumindo a responsabilidade pela destinação final ambientalmente adequada.

7. CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

7.1 A presente contratação será EXCLUSIVA para ME/EPP/MEI, por terem os itens o valor total inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) e levará em conta o critério de menor preço para definição da empresa vencedora após o encerramento da etapa de lances no respectivo procedimento, devendo as empresas participantes atenderem aos dispositivos legais pertinentes.

8. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

8.1 O(s) objeto(s) dessa licitação/contratação é(são) classificado(s) como bem(ns) comum(ns), pois possui(em) especificação(ões) usual(is) de mercado e padrão(ões) de qualidade definidas em edital, conforme estabelece o inciso XIII do art. 6º da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

9. DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

9.1. O prazo de entrega do equipamento será de, no máximo, 30 (trinta), contados do recebimento da Ordem de Fornecimento (OF) e/ou da Nota de Empenho (NE), emitida pela Divisão de Compras da Universidade Estadual de Maringá – UEM, em remessa única, no Setor de Patrimônio da UEM, localizado no Bloco O-10, Avenida Colombo, nº 5.790, Zona 7, CEP 87020-900, Maringá – PR, em dias úteis, no horário de expediente da Universidade.

9.2 Não há produtos perecíveis no objeto.

9.3 Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

9.4 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.5 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

9.5.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

9.6 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

9.7 O Contratado deverá ter disponibilidade e capacidade de entregar o objeto nos endereços relacionados no Anexo VI deste Edital ou no Aviso de Dispensa, conforme as condições e as necessidades do licitante.

9.8 Os critérios para o recebimento estão especificados no item 7 do Anexo VII (minuta do contrato), ou no Anexo a Nota de empenho no caso de não ser obrigatória a formalização de contrato.

10. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE

10.1 São obrigações do Contratado:

10.1.1 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva Nota Fiscal, na qual deverão constar as indicações referentes à marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, quando aplicável, bem como acompanhado do manual do usuário, com versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível.

10.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990).

10.1.3 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto que apresentar avarias ou defeitos.

10.1.4 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

10.1.5 Indicar preposto para representá-lo durante a execução da contratação e manter comunicação com representante da Administração para a gestão da contratação.

10.1.6 Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

10.1.7 Manter atualizados os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente.

10.1.8 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento da contratação.

10.1.9 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da contratação, exceto quando houver:

10.1.9.1 alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

10.1.9.2 retardamento na expedição da Ordem de Fornecimento ou autorização de fornecimento, interrupção da execução da contratação ou diminuição do ritmo do fornecimento, por ordem e no interesse da Administração;

10.1.9.3 aumento das quantidades inicialmente previstas na contratação, nos limites permitidos pela Lei Federal nº 14.133/2021.

10.1.10 Adotar as seguintes práticas de sustentabilidade:

10.1.10.1 Os bens devem ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas específicas da ABNT;

10.1.10.2 Observar os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

10.1.10.3 Os bens deverão ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

10.1.10.4 Os bens não conterão substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

10.1.11. adotar práticas de logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao Poder Público, assumindo a responsabilidade pela destinação final ambientalmente adequada.

10.1.12 apresentar declaração de atendimento e responsabilização com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao Poder Público, assumindo a responsabilidade pela destinação final ambientalmente adequada.

10.2 São obrigações da Contratante:

10.2.1 Receber o objeto no prazo e nas condições estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos.

10.2.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as condições estabelecidas neste Termo de Referência e os termos de sua proposta.

10.2.3 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes deste Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

10.2.4 Comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção.

10.2.5 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, por meio de servidor ou comissão especialmente designada.

10.2.6 Efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e na forma estabelecidos neste Termo de Referência e seus anexos.

10.2.7 Efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal ou fatura fornecida pelo Contratado, quando cabível.

10.2.8 Emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução da contratação, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução da contratação.

10.2.9 Ressarcir o Contratado, nos casos de extinção da contratação por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução da contratação até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização.

10.2.10 Adotar as providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando constatada irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência.

10.2.11 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

11. FORMA DE PAGAMENTO

11.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

11.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

11.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeiro Contratado pelo Estado, conforme o disposto no Decreto n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

11.3 O prazo estabelecido no item 11.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 12.4.1 das Condições Gerais do Pregão, ou do previsto no Aviso de Dispensa.

11.3.1. Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

11.4 As notas fiscais devem ser emitidas em nome da UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ - CNPJ 79.151.312/0001-56 e/ou outra dotação/CNPJ conforme indicação da Nota de Empenho / Ordem de Fornecimento; constando número da licitação/dispensa/inexigibilidade.

11.5 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = (6/100) \quad I = 0,00016438$$

365

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

12. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO

12.1 As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital ou aviso de dispensa.

12.2 Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

12.3 Não há exigências de qualificação técnica das empresas, tendo em vista a natureza dos produtos a serem adquiridos

12.4 O critério de julgamento da proposta está definido no item 2 das Condições Específicas do Pregão, ou do Aviso de Dispensa.

12.5 As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital, ou no Aviso de Dispensa.

13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1 É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e

c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13.2 A alteração subjetiva a que se refere o item 13.1 deverá ser formalizada por termo aditivo ao contrato.

14. SUBCONTRATAÇÃO

14.1 Será vedada a subcontratação do objeto contratual.

15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

15.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

15.1.1 Em razão da natureza do objeto, conforme disposto neste TR, não há necessidade de garantia uma vez que o objeto em si será cumprido no momento da entrega do material, em cota única e pagamento único.

16. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

16.1 Não há exigência de garantia complementar à garantia legal.

17. VIGÊNCIA

17.1 Na presente aquisição o instrumento de contrato será substituído pela Nota de Empenho e Anexo.

17.2 Não obstante, oportunamente, visando aplicar o princípio da eficiência a Administração poderá reunir a aquisição de objetos semelhantes a este e reanalisar a possibilidade de substituição do instrumento contratual.

18. DO REAJUSTAMENTO

18.1 Não se aplica reajuste para a presente contratação, visto que no presente caso o instrumento de contrato pode ser substituído por outro instrumento hábil, nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133/2021 e/ou da Resolução nº 59/2024-PGE. Contudo, visando aplicar o princípio da eficiência, a Administração poderá reunir a aquisição de objetos semelhantes a este e reanalisar a possibilidade de substituição do instrumento contratual.

19. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

19.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Pedido de compra: 129778

Gestão/Unidade: 53.02.00.0 – Departamento de Engenharia Civil

Fonte de Recursos: 501

Dotação Orçamentária: 4532.12.364.34.8122

Ação Programática: 2.53.249.0736

Elemento de Despesa: 44905208

19.1.1 E as demais dotações conforme OF (Ordem de Fornecimento) ou TED.

19.2 Atesto o alinhamento da Contratação com o Plano de Contratações Anual –

PCA 2026 da instituição, com número de ordem 12019, informado no Estudo Técnico Preliminar – ETP.

20. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O fornecedor e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B, do Título XI, do Código Penal.

21. DECRETO ESTADUAL N.º 10.086, de 2022.

Os servidores que subscrevem este Termo de Referência atestam que observaram integralmente a regulamentação estabelecida pelo Decreto n.º 10.086, de 2022 e as orientações constantes da Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná.

22. GERENCIAMENTO DE RISCO

O gerenciamento de risco foi dispensado nos termos do que prevê o art. 17B, §§ 2º e 3º, do Decreto nº 10.086/2022, conforme justificativa constante no Estudo Técnico Preliminar.

Maringá, 07 de julho de 2026.

Documento assinado digitalmente



NELCI HELENA MAIA GUTIERREZ

Data: 09/09/2026 17:51:26-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dra. Nелсі Helena Maia Gutierrez - Matrícula: 145315

Documento assinado digitalmente



JUAREZ ANTONIO DOS SANTOS

Data: 09/09/2026 16:45:56-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Juarez Antônio dos Santos - Matrícula 421
Responsável pela elaboração do Termo de Referência

ANEXO I-E

	Universidade Estadual de Maringá - UEM Av. Colombo, 5.790 - Câmpus Universitário – CEP: 87020-900 CNPJ/MF: 79.151.312/0001-56 Inscrição Estadual: Isenta	
---	--	---

TERMO DE REFERÊNCIA

Corresponde ao item 42

1. OBJETO

1.1. Aquisição de nobreaks para atender a demanda do IMUNOGEN/UEM, conforme especificações da planilha abaixo:

Item	Cód.GMS	Cód. CAT/MAT Compras Gov	Especificação	Qtde	Unid	VI.Máx Unit (<u>Critério de aceitabilidade de Preços</u>)	VI.Máx Total
1	700367119	413585	Nobreak, Capacidade (VA) 3000.	7	UN	R\$ 5.760,18	R\$ 40.321,26

1.1.1. Não será permitida a proposta parcial por item, quando este envolver mais de uma unidade a ser fornecida, pela natureza técnica do produto e levando em consideração que o objeto da contratação não é de grande vulto, visto que o referido procedimento não acarretaria em celeridade, economia e vantajosidade na contratação.

1.2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1.2.1. Equipamento Nobreak, Características Técnicas: on line, dupla conversão, 100% senoidal, potência mínima de 3.000va, tensão de entrada 110V, tensão de saída 110V, mínimo de 6 tomadas na saída, para uso na vertical (modelo do tipo torre), com rodinhas para facilitar a mobilidade.

1.3. DA PADRONIZAÇÃO

1.3.1. Não há padronização para a contratação deste objeto.

1.4. DO FORNECIMENTO

1.4.1. O fornecimento dos equipamentos será em uma única etapa.

1.4.2. A entrega dos equipamentos deverá ser no prazo de até 30 (trinta) dias, a partir do recebimento da ordem de fornecimento (OF) e/ou nota de empenho (NE) emitida pela Divisão de Compras da UEM;

TERMO DE REFERÊNCIA

1.4.3. A entrega dos equipamentos deverá ser realizada pela empresa contratada na Divisão de Patrimônio da UEM, situada na Avenida Colombo, 5790 – Bloco O10, Campus Universitário, CEP 87020-900 - Maringá/PR.

1.4.4. Os equipamentos deverão ser novos, sem uso, não sendo aceitos equipamentos recondicionados, remanufaturados ou equivalentes.

1.5. AMOSTRAS

1.5.1. Não há necessidade de apresentação de amostra.

2. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. O Laboratório de Imunogenética da UEM (IMUNOGEN-UEM) mantém convênio com o SUS, órgão do Ministério da Saúde, através de um projeto de prestação de serviço com a Prefeitura de Maringá (Processo N.º 790/2024), para a realização de tipificação por Biologia Molecular de alelos HLA em amostras de doadores e receptores de medula óssea. Além disso, recentemente o laboratório passou também a realizar exames para transplante de órgãos sólidos em receptores e doadores vivos ou falecidos. Esses exames para transplante de órgãos sólidos podem ser divididos em três grupos: (1) Tipificação HLA por biologia molecular do doador e receptor do órgão; (2) Análise de Painel de Reatividade de Anticorpos (PRA), que utiliza um equipamento chamado Luminex Flexmap 3D, o qual o IMUNOGEN/UEM já possui em regime de comodato; (3) Exame de Prova Cruzada, também conhecido como Crossmatch, que pode ser realizado por citometria de fluxo. O IMUNOGEN/UEM também mantém projetos de pesquisa/extensão com hospitais e clínicas de atendimento público e privado, visando genotipar diversos polimorfismos genéticos que estão relacionados com neoplasias, doenças infecciosas e autoimunes.

2.2. O IMUNOGEN/UEM enfrenta uma necessidade crítica de adquirir novos nobreaks para proteger seus equipamentos da pesquisa e da rotina. A ausência de nobreaks adequados, juntamente com a implementação de novos exames e a condenação de dispositivos antigos, coloca em risco a operação segura dos equipamentos eletrônicos. Sem essa proteção, os dispositivos estão vulneráveis a danos por quedas de energia e oscilações de tensão, o que pode resultar em custos elevados para reparos ou substituições.

2.3. A aquisição de nobreaks é essencial para garantir a continuidade das operações laboratoriais e proteger os investimentos em tecnologia avançada. Esses dispositivos evitam a queima de equipamentos e asseguram que, em caso de interrupções de energia, os trabalhos possam ser salvos ou concluídos, graças às baterias internas.

2.4. Os benefícios esperados incluem a redução de custos com manutenção e substituição de equipamentos danificados, além de garantir que as atividades de pesquisa e análise continuem sem interrupções. Isso preserva os recursos da instituição e assegura que o IMUNOGEN/UEM continue a contribuir efetivamente para a saúde pública e a pesquisa científica. Dessa forma, concluímos que a aquisição dos nobreaks irá impactar de maneira positiva na pesquisa e nos exames

TERMO DE REFERÊNCIA

realizados para prática clínica do transplante de medula óssea e renal, visto que estes são imprescindíveis para garantir o bom funcionamento dos equipamentos, nos quais esses exames são realizados.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1. Considerando a diversidade de fornecedores deste item, entende-se que a melhor solução para a aquisição dos mesmos, considerando custo e benefício, seja por meio de contratação através de Edital ou Aviso de Dispensa.

4. PESQUISA DE PREÇOS

4.1 Para formação dos preços máximos foi realizada ampla pesquisa de preços, em conformidade com o disposto no artigo 368, do Decreto Estadual n. 10.086/2022 sendo realizadas cotações por meio do sistema de Banco de Preços em atendimento aos incisos I, II, III, IV e V do art 5º, conforme relatório anexo ao processo.

4.2 O critério de formação de preços foi da MÉDIA DE PREÇOS dos preços orçados, nos termos do §3º do artigo 368, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, sendo utilizado este critério a fim de assegurar maior competitividade, qualidade e economicidade, minimizando a ocorrência de licitação fracassada ou deserta, sem deixar de buscar o menor custo para administração.

5. PARCELAMENTO DO OBJETO

5.1. A presente contratação será realizada por item, a fim de ampliar a competitividade entre os fornecedores e possibilitar a obtenção de preços mais vantajosos para a Administração.

6. SUSTENTABILIDADE

6.1. No caso de aquisição de bens a Administração deverá prever que o contratado adotará as seguintes práticas de sustentabilidade:

6.1.1. Os bens devem ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas específicas da ABNT;

6.1.2. Observar os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

6.1.3. Os bens deverão ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

7. CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

7.1. A presente contratação será EXCLUSIVA para ME/EPP/MEI, por terem os itens o valor total inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) e levará em conta o critério de menor preço para definição da empresa vencedora após o encerramento da etapa

TERMO DE REFERÊNCIA

de lances no respectivo procedimento, devendo as empresas participantes atenderem aos dispositivos legais pertinentes.

8. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

8.1. Os objetos desta licitação/contratação são classificados como bens comuns, pois possuem especificações usuais de mercado e padrões de qualidade definidas em edital, conforme estabelece o inciso XIII do art. 6º da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

9. DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

9.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da ordem de fornecimento (OF) e/ou nota de empenho (NE) emitida pela Divisão de Compras da UEM, em remessa única, na Divisão de Patrimônio da UEM, situada na Avenida Colombo, 5790 – Bloco O10, Campus Universitário, CEP 87020-900 - Maringá/PR.

9.2. Não há produtos perecíveis no objeto.

9.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

9.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

9.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

9.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

9.7. O Contratado deverá ter disponibilidade e capacidade de entregar o objeto nos endereços relacionados no Anexo VI deste Edital, conforme as condições e as necessidades do licitante.

9.8. Os critérios para o recebimento estão especificados no item 7 do Anexo VII (minuta do contrato), ou no Anexo a Nota de empenho no caso de não ser obrigatória a formalização de contrato.

10. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE

10.1. São obrigações do Contratado:

10.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, prazo e local constantes no edital, ou aviso de dispensa e seus anexos, acompanhado da respectiva nota

TERMO DE REFERÊNCIA

fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;

10.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

10.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.4. comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.5. indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

10.1.6. manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.7. manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

10.1.8. guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.1.9. arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

10.1.9.1. alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

10.1.9.2. retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

10.1.9.3. aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

10.1.10. Adotar as seguintes práticas de sustentabilidade:

10.1.10.1. Os bens devem ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas específicas da ABNT;

10.1.10.2. Observar os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

10.1.10.3. Os bens deverão ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

10.2. São obrigações do Contratante:

TERMO DE REFERÊNCIA

- 10.2.1.** receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;
- 10.2.2.** exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 10.2.3.** verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 10.2.4.** comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;
- 10.2.5.** acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;
- 10.2.6.** efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;
- 10.2.7.** efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;
- 10.2.8.** emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;
- 10.2.9.** ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;
- 10.2.10.** adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;
- 10.2.11.** prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

11. FORMA DE PAGAMENTO

- 11.1.** O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.
- 11.2.** Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

TERMO DE REFERÊNCIA

11.2.1. Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeiro Contratado pelo Estado, conforme o disposto no Decreto n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

11.3. O prazo estabelecido no item 11.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 12.4.1 das Condições Gerais do Pregão, ou do previsto no Aviso de Dispensa.

11.3.1. Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

11.4. As notas fiscais devem ser emitidas em nome da UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ - CNPJ 79.151.312/0001-56 e/ou outra dotação/CNPJ conforme indicação da Nota de Empenho / Ordem de Fornecimento; constando número da licitação/dispensa/inexigibilidade.

11.5. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

12. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO

12.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital ou aviso de dispensa.

12.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

12.3. Não há necessidade de habilitação complementares, como qualificação técnica e/ou a dispensa de exigência de atestado de capacidade técnica, tendo em vista a natureza dos equipamentos que serão adquiridos.

12.4 O critério de julgamento da proposta está definido no item 2 das Condições Específicas do Pregão, ou do Aviso de Dispensa.

12.5 As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital, ou no Aviso de Dispensa.

TERMO DE REFERÊNCIA

13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1. É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

- a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
- b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e
- c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13.2. A alteração subjetiva a que se refere o item 13.1 deverá ser formalizada por termo aditivo ao contrato.

14. SUBCONTRATAÇÃO

14.1. Será vedada a subcontratação do objeto contratual.

15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

15.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

15.1.1. Em razão da natureza do objeto ser a compra de equipamentos conforme o item descrito neste Termo de Referência. Não há necessidade de garantia uma vez que o objeto será cumprido no momento da entrega do material nas especificações técnicas e entrega única.

16. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

16.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo 9 (nove) meses, totalizando 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente ao fim do prazo da garantia legal.

16.2 A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

16.3 A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

16.4 Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

16.5 As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

16.6 Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

TERMO DE REFERÊNCIA

16.7 O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

16.8 Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

16.9 Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

16.10 O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

16.11 A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

17. VIGÊNCIA

17.1 Na presente aquisição o instrumento de contrato será substituído pela Nota de Empenho e Anexo.

17.2 Não obstante, oportunamente, visando aplicar o princípio da eficiência a Administração poderá reunir a aquisição de objetos semelhantes a este e reanalisar a possibilidade de substituição do instrumento contratual.

18. DO REAJUSTAMENTO

18.1 Não se aplica reajuste para a presente contratação, visto que no presente caso o instrumento de contrato pode ser substituído por outro instrumento hábil, nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133/2021 e/ou da Resolução nº 59/2024-PGE. Contudo, visando aplicar o princípio da eficiência, a Administração poderá reunir a aquisição de objetos semelhantes a este e reanalisar a possibilidade de substituição do instrumento contratual.

19. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

19.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

19.1.1. Gestão/Unidade: DBS - 56.08.00.0;

19.1.2. Dotação: 4532.12.364.34.8122;

19.1.3. Programa de Trabalho: 2.56.659.1071

19.1.4. Elemento de Despesa: 44905235

TERMO DE REFERÊNCIA

19.1.5. Fonte de Recurso: 659

19.2. A presente aquisição está alinhada com o Plano de Contratações Anual – PCA 2026 da UEM, com número de ordem **3076**, do PCA disponível no endereço eletrônico:

<https://www.planejamento.pr.gov.br/Pagina/Plano-de-Contratacoes-Anual-do-Estado-PCA-E-2026>.

20. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. O fornecedor e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B, do Título XI, do Código Penal.

21. DECRETO ESTADUAL N.º 10.086, de 2022

21.1. Os servidores que subscrevem este Termo de Referência atestam que observaram integralmente a regulamentação estabelecida pelo Decreto n.º 10.086, de 2022 e as orientações constantes da Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná.

22. GERENCIAMENTO DE RISCO

22.1 O gerenciamento de risco foi dispensado nos termos do que prevê o art. 17B, §§ 2º e 3º, do Decreto nº 10.086/2022, conforme justificativa constante no Estudo Técnico Preliminar.

Maringá, 22 de julho de 2026.

Documento assinado digitalmente
 **QUIRINO ALVES DE LIMA NETO**
Data: 09/09/2026 08:39:11-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Quirino Alves de Lima Neto
Professor Adjunto
Responsável pela elaboração do Termo de Referência